

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

CONCURSO PÚBLICO

PROVA PARA CARGO DE:

PROCURADOR JURÍDICO – Poder Legislativo

* ATENÇÃO - CONFIRA SE ESTA PROVA CORRESPONDE AO CARGO QUE VOCÊ CONCORRE

* Neste Caderno de Questões, você encontra:

- 28 questões ESPECÍFICAS
- 12 questões de Português

* Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.

* Duração da prova: 3 horas. O Candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 01 hora, contada a partir do seu efetivo início.

* O candidato só terá o direito de levar o caderno de prova após 02:00 horas do início dos trabalhos, e deixará apenas o Cartão de Respostas.

* Caso o candidato opte em sair antes de 02:00 horas do início dos trabalhos; NÃO será permitido a anotação do gabarito seja qual for a forma.

* Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar quaisquer esclarecimentos sobre a resolução das questões; esta tarefa é obrigação do candidato.

* Não é permitido que os candidatos se comuniquem entre si. É proibida também a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos.

* O candidato receberá do Fiscal de Sala, 01 (hum) Cartão de Respostas correspondente às questões objetivas.

* Assine o seu Cartão de Respostas (Gabarito). Assinale apenas uma opção em cada questão. Não deixe questão em branco, nem assinale mais de uma opção, para seu Cartão não ter questões anuladas.

* O seu Cartão de Respostas é pessoal e insubstituível. Portanto, CUIDADO, não rasure, dobre ou amasse seu Cartão de Respostas pois em hipótese alguma ele será substituído, salvo por erro do fiscal ou por falha de impressão. Confira seus dados, leia as instruções para seu preenchimento e assinale no local indicado.

* A assinatura no Cartão de Respostas é obrigatória.

* O Gabarito desta prova estará disponível no dia 23/09/2013, no site www.conpass.com.br.

* Para exercer o direito de recorrer contra qualquer questão, o candidato deve seguir as orientações constantes da Cláusula X do Edital do Concurso Público nº 001/2013 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE, Republicado por Incorreção em 16/07/2013.

* Após o término da prova, o candidato deverá deixar a sala e em hipótese alguma poderá permanecer no estabelecimento onde realizou a mesma.

BOA PROVA!!

DATA: 22 DE SETEMBRO DE 2013

CONPASS®

Concursos Públicos
e Assessorias

PARTE I – PROCURADOR JURÍDICO

Direito Constitucional

01 - Analise as assertivas e depois marque a alternativa que contém todas as que são verdadeiras.

I - Em países como os Estados Unidos tivemos o que se chama de federalismo de agregação, ou seja, os entes, antes fracionados, se uniram para formar um único país. Já no Brasil foi o contrário, tinha-se somente um único ente que se descentralizou formando outros, daí ser chamado de federalismo por segregação.

II - Diferentemente do que ocorre nas federações, nas confederações, os Estados se agregam para aumentar a sua força política internacional, abdicando de sua soberania, não podendo se separar do bloco no momento em que julgarem necessário.

III - Os órgãos sejam eles do Legislativo, Executivo ou Judiciário, fazem parte de um Poder que nos termos do art. 2º da Constituição é independente, mas, que também é harmônico com os demais, isto implica o exercício de funções atípicas, como a possibilidade de o Executivo legislar, ou do Legislativo julgar, o que impede que se fale em exclusividade do exercício da função.

IV - Um poder sempre atua controlando o exercício arbitrário de outro. Porém, existem atos chamados "*interna corporis*" (que dizem respeito a assuntos internos) nos quais é vedada a intromissão de um outro poder.

- A) Apenas III
- B) I, III e IV
- C) I, II, III e IV
- D) III e IV
- E) II e IV

02 - Sobre o tema Direitos Sociais, marque a única assertiva que contém um erro.

- A) A Constituição estabelece em seu art. 7º XXVIII que é direito dos trabalhadores o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, excluída a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- B) Os direitos sociais não devem ser uma utopia, devem ser concretizados pelo Poder Público, porém, existe a chamada "reserva do possível", onde o Estado encontra limitações de cunho financeiro para atender a demanda por estes direitos.
- C) Segundo o STF, sendo a educação um direito fundamental assegurado em várias normas constitucionais e ordinárias, a sua não-observância pela administração pública enseja sua proteção pelo Poder Judiciário.
- D) Embora os direitos sociais não sejam reconhecidos pacificamente como cláusulas pétreas, a jurisprudência e doutrina os albergam pelo princípio da proibição do retrocesso.
- E) Os direitos sociais, econômicos e culturais são direitos de segunda geração.

03 - Em relação as disposições sobre Controle de Constitucionalidade marque a assertiva inteiramente correta.

- A) A lei ordinária municipal que fere a lei orgânica municipal comete inconstitucionalidade.
- B) O Presidente exercerá o controle repressivo de constitucionalidade ao fazer o veto jurídico, ou seja, ao vetar o projeto de lei alegando a sua inconstitucionalidade.
- C) O STF admite que se declare inconstitucional apenas uma interpretação da norma, como forma de evitar que todo o seu teor seja fulminado do ordenamento jurídico.
- D) A ação direta que impugna no Judiciário a inconstitucionalidade perante a Constituição Estadual é sempre proposta no STF.
- E) Segundo a doutrina, pode - se exigir que o chefe do Poder Executivo cumpra uma lei ou ato normativo que entenda flagrantemente inconstitucional.

04 - Sobre a Seguridade Social, Educação e Cultura, Meio Ambiente e Família é correto afirmar.

- A) Segundo o art. 213 da Constituição, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, mas não poderão ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.
- B) Segundo o art. 194 da Constituição, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- C) Enquanto os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio, os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- D) É uma obrigação dos Estados e do Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.
- E) O planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, permitida algumas formas coercitivas por parte de instituições oficiais ou privadas como forma de controle de natalidade.

05 - Sobre o tema Nacionalidade, a luz da Jurisprudência do STF, da doutrina e da Constituição Federal, indique a assertiva correta.

- A) O cargo de ministro do STM exige a situação de brasileiro nato para seu provimento.
- B) Daniel, recém-nascido no exterior e filho de pais diplomatas brasileiros, caso deseje, futuramente, seguir a carreira diplomática brasileira, deverá ser registrado em repartição brasileira competente quando atingir a maioria, a fim de obter a naturalização.
- C) São brasileiros natos os nascidos, no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, antes de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- D) Um brasileiro naturalizado pode ser ministro do STJ.
- E) O presidente do Conselho Nacional de Justiça deve ser obrigatoriamente brasileiro nato.

06 - A respeito do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do processo legislativo e do Poder Judiciário marque o item errado.

- A) O Poder Legislativo Federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A inauguração da sessão legislativa é feita em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- B) O Poder Judiciário é autônomo e independente, dele fazendo parte, entre outros órgãos, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional de Justiça.
- C) O presidente da República possui competências privativas de chefe de Estado e de chefe de Governo, sendo uma de suas atribuições decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- D) O processo legislativo ordinário ou comum, caracterizado pela sua maior extensão, é o que se destina à elaboração das leis ordinárias e das leis complementares.
- E) A eleição do Presidente implica necessariamente na eleição do Vice com ele registrado.

Direito Administrativo

07 - Sobre a Responsabilidade Civil do Estado, marque a assertiva correta.

- A) A responsabilidade objetiva do Estado se aplica aos atos dos juízes.
- B) Para a configuração da responsabilidade objetiva do Estado não é necessário que o ato praticado seja ilícito.
- C) A Constituição Federal de 1988 adotou a teoria da responsabilidade administrativa sob a modalidade de risco integral.
- D) O STF entende que a responsabilidade de dano causado por prestador de serviço público a não usuário é subjetiva.
- E) No caso da ação por responsabilidade objetiva caberá a denúncia da lide obrigatória.

08 - A luz das leis nº 8.666/93, nº 10.520/2002 e legislação posterior, analise as afirmações.

I - As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

II - Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 03 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24h (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

III - É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta (chamada licitação deserta), justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.

IV - A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

A quantidade de itens corretos é

- A) três
- B) quatro
- C) um
- D) dois
- E) nenhum

09 - Sobre os Contratos administrativos é correto afirmar.

- A) É nulo e de nenhum efeito qualquer contrato administrativo verbal com a Administração.
- B) As cláusulas exorbitantes são aquelas concessivas das prerrogativas à Administração Pública de forma unilateral estendidas ao particular.
- C) A Administração Pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.
- D) Atraso no pagamento superior a sessenta dias por parte da Administração Pública gera para o contratado o direito de suspender a execução do contrato, ou, se preferir, rescindi-lo judicial ou amigavelmente.
- E) A nulidade do contrato administrativo ocorre quando é verificada a sua ilegalidade, e essa declaração de nulidade torna o contrato administrativo inexistente e invalida seus efeitos passados ou futuros, ou seja, gera efeitos *ex tunc*.

10 - No tocante a Lei de Improbidade Administrativa, marque a assertiva inteiramente correta.

- A) Qualquer pessoa que exerça, ainda que temporariamente e mesmo sem remuneração, sob qualquer vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em entidade citada pela Lei nº 8.429/92, é considerado agente público.
- B) Só o agente público é passível de sanção por ato de improbidade administrativa.
- C) Os atos de improbidade administrativa são separados em duas modalidades, a saber: a) atos que importam em enriquecimento ilícito e b) atos que causem prejuízo ao erário.
- D) Configura ato de improbidade administrativa, tipificado como atos que causam prejuízo ao erário, adquirir para si ou para outrem, no exercício de função pública, bens cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou da renda do agente público.
- E) Se a atividade tem o condão de gerar prejuízo ou desfalque material ao patrimônio público, tal conduta se caracteriza como ato de improbidade administrativa, conforme art. 10 da Lei nº 8.429/92 porque causa lesão ao patrimônio público. No entanto, se tal conduta ameaça causar, ou seja, não causou lesão ao patrimônio público, foi obstada antes disso, ou não chegou efetivamente a gerar o prejuízo, aí não está com figurado nenhum ato ilícito, portanto não há que se falar em improbidade administrativa.

11 - Sobre o Direito Administrativo, marque a alternativa correta.

- A) No Brasil, a Jurisdição é dual havendo previsão de que dois órgãos se manifestem de forma definitiva sobre o Direito.
- B) São princípios basilares do Direito Administrativo: supremacia do interesse público sobre o particular e disponibilidade do interesse público.
- C) O Direito Administrativo integra o ramo do Direito Público, cuja principal característica encontramos no fato de haver uma igualdade jurídica entre cada uma das partes envolvidas, ou seja, a Administração Pública se encontra no mesmo patamar que o particular.
- D) Regime jurídico administrativo é o conjunto das regras que buscam atender aos interesses públicos. É ramo do direito privado.
- E) É ramo do direito privado.

12 - No tocante aos serviços públicos, não se pode afirmar:

- A) Na Constituição, encontram-se exemplos de serviços públicos exclusivos, como o serviço postal e o correio aéreo nacional (art. 21, X), os serviços de telecomunicações (art. 21, XI), dentre outros.
- B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos têm responsabilidade civil objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- C) Os serviços públicos *uti universi* são aqueles prestados à coletividade, que têm por finalidade a satisfação direta das necessidades dos cidadãos, tais como os serviços de iluminação pública, de saneamento e de segurança nacional, sendo viável, portanto, a quantificação do uso individual.
- D) Os serviços públicos podem ter natureza comercial ou industrial, que são aqueles que atendem às necessidades coletivas de ordem econômica, tais como telecomunicações, transporte etc.
- E) A autorização de serviço público é ato administrativo unilateral, discricionário e precário.

Direito do Processual Civil

13 - Sobre os prazos processuais civis analise

I – Salvo disposição em contrário, os prazos serão computados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do fim.

II – A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

III – As partes podem, de comum acordo, prorrogar os prazos peremptórios, a convenção, porém, so tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

IV – O prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

São corretas

- A) II e IV
- B) II, III e IV
- C) I e III
- D) I e IV
- E) III e IV

14 - Analise as assertivas:

I – A jurisdição, monopólio do poder estatal, é uma e indivisível.

II – As formas de solução da lide não são monopólio do poder judiciário.

III – A jurisdição pressupõe um território onde é exercida. Assim, somente o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição em todo o território nacional.

IV – É possível alterar o pedido ou a causa de pedir até o saneamento do processo, desde que haja a concordância do réu, caso não seja ele revel.

V – Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, declarando-se o autor carecedor da ação, quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

Marque:

- A) somente as alternativas II, III e V estão corretas;
- B) somente as alternativas I, II, III e IV estão corretas;
- C) somente as alternativas I e V estão corretas;
- D) somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
- E) todas as alternativas estão corretas.

15 - É princípio informativo do processo civil o princípio

A) da inércia, significando que o processo se origina por impulso oficial, mas se desenvolve por iniciativa da parte.

B) da congruência, significando que o juiz deve ser coerente na exposição de suas razões de decidir.

C) da eventualidade, significando que as partes devem comparecer em todos os atos do processo, manifestando-se eventualmente.

D) da instrumentalidade das formas, significando que o ato deve ser considerado em si mesmo, sem preocupações teleológicas.

E) dispositivo, significando que o juiz não pode conhecer de matéria a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.

16 - Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das ____ às ____ horas. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de ____ horas e executar os atos processuais no prazo de ____ horas, da data em que houver concluído o ato processual anterior se lhe foi imposto pela lei ou da data em que tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto abaixo.

- A) seis ... vinte ... vinte e quatro ... quarenta e oito
- B) dez ... dezoito ... quarenta e oito ... quarenta e oito
- C) nove ... vinte ... vinte e quatro ... quarenta e oito
- D) seis ... dezoito ... quarenta e oito ... vinte e quatro
- E) nove ... vinte ... quarenta e oito ... vinte e quatro

17 - Não se concederá a antecipação de tutela sempre que:

- A) houver fundado receio de dano irreparável.
- B) um ou mais pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- C) houver perigo de irreversibilidade do provimento.
- D) o autor requerer providência de natureza cautelar.
- E) ficar caracterizado o abuso do direito de defesa.

Direito Tributário

18 - De acordo com as disposições constitucionais acerca do Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem isenções heterônomas, sem qualquer exceção.
- B) É vedado à União cobrar empréstimo compulsório, em caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
- C) É vedado à União cobrar imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
- D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais patronais, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
- E) A imunidade recíproca é extensiva às autarquias, às sociedades de economia mista e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

19 - Relativamente ao tema obrigação tributária, o Código Tributário Nacional estabelece que, salvo disposição de lei em contrário, a solidariedade tributária passiva produz o seguinte efeito, entre outros:

- A) a suspensão da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.
- B) o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- C) a isenção ou anistia do crédito tributário exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- D) a interrupção da prescrição em favor de um dos obrigados não favorece os demais.
- E) a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

20 - A isenção, prevista no Código Tributário Nacional como modalidade de exclusão do crédito tributário, isto é, não se permite nem sequer que haja a constituição do crédito tributário. Sobre ela, podemos fazer as seguintes afirmações, com exceção de:

- A) pode ser extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- B) pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, em qualquer hipótese.
- C) salvo disposição de lei em contrário, não se estende às taxas.
- D) em determinadas situações, efetiva-se por despacho da autoridade administrativa.
- E) a lei que a conceder deverá especificar, entre outros, as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

21 - Sobre os impostos municipais marque a única alternativa errada.

- A) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- B) É constitucional a lei do município que reduz o imposto predial urbano sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.
- C) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da emenda constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o iptu, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- D) É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão "inter vivos" de bens imóveis - ITBI com base no valor venal do imóvel.
- E) Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.
- F) Não incide o imposto de transmissão inter vivos em: (a) bens incorporados ao patrimônio de pessoas jurídicas em realização de capital e (b) fusão, incorporação de pessoa jurídica, salvo se a atividade do adquirente for a compra e venda desses bens.

22 - As limitações constitucionais ao poder de tributar constituem garantias aos contribuintes de que não serão submetidos à tributação sem a estrita observância de tais princípios. Sobre estes, é correto afirmar-se que:

- A) é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.
- B) somente as leis poderão instituir ou aumentar tributos, admitindo-se algumas exceções, somente em relação a alguns impostos, em que estes poderão ser majorados por meio de decretos presidenciais.
- C) é vedado a todos os entes tributantes instituir tributos sobre templos de qualquer culto.
- D) os tributos deverão observar o princípio da capacidade contributiva.
- E) é vedado aos entes tributantes cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os tenha aumentado, em quaisquer casos.

Direito do Trabalho

23 - Uma vez que o artigo 2º da CLT considera empregador a empresa, individual ou coletiva, que assume os riscos da atividade econômica, as instituições de beneficência

- A) podem admitir empregados, desde que se trate de trabalho eventual.
- B) não podem ser empregadoras.
- C) podem ser empregadoras apenas quando integrantes de grupo econômico.
- D) são equiparadas ao empregador, quando admitem trabalhadores como empregados.
- E) podem admitir empregados apenas por prazo determinado e para a execução de serviços específicos.

24 - Uma pessoa é contratada como autônoma, visando prestar determinados serviços. Quando ocorre o termo do contrato, ajuíza reclamação trabalhista, requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício. Assinale a alternativa que possui dois requisitos que devem estar presentes.

- A) Alteridade e Impessoalidade.
- B) Impessoalidade e Onerosidade.
- C) Onerosidade e Não Continuidade.
- D) Não Continuidade e Subordinação.
- E) Subordinação e Alteridade.

25 - O contrato de experiência é uma modalidade do contrato de trabalho, celebrado

- A) por prazo indeterminado, por ocasião do primeiro emprego do trabalhador.
- B) por prazo determinado de, no máximo, 90 dias e não pode ser prorrogado mais uma vez.
- C) por prazo determinado de, no máximo, 30 dias, não admitindo prorrogação.
- D) por prazo determinado de, no máximo, 30 dias podendo ser prorrogado por igual período.
- E) por prazo determinado de, no máximo, 60 dias e dispensa registro na CTPS.

26 - Em relação aos direitos trabalhistas, marque a alternativa falsa:

- A) É garantido ao trabalhador urbano o seguro desemprego em caso de desemprego involuntário.
- B) A remuneração do trabalho noturno é superior ao do diurno.
- C) O aviso prévio proporcional ao tempo de serviço deverá ser de no máximo trinta dias.
- D) Repouso semanal remunerado deverá ser preferencialmente aos domingos.
- E) É garantido ao trabalhador rural o direito à aposentadoria.

27 - Em 1º/06/2013 a reclamada contratou, pelo período de experiência de 90 dias, uma cozinheira para preparar e servir o lanche da tarde diariamente. No dia 20/07/2013, a empregada compareceu ao departamento pessoal e apresentou atestado médico comprobatório de sua gravidez, alegando que tinha estabilidade e, portanto, deveria o contrato permanecer em vigor mesmo após expirado o prazo de 90 dias. Neste caso, é correto afirmar:

- A) a empregada tem razão mas a estabilidade só vai até 92 dias após o parto
- B) a empregada tem razão mas a estabilidade só vai até o parto
- C) a empregada não tem razão. Por ter firmado idôneo contrato de experiência por prazo determinado, a vigência contratual cessa completamente após 90 dias, inexistindo qualquer estabilidade
- D) a empregada tem razão. A estabilidade deve ser reconhecida até 5 meses após o parto, de acordo com recente entendimento jurisprudencial
- E) a empregada tem razão apenas parcial. Durante toda a gravidez o contrato é interrompido e passa a vigorar pelo período restante, após o parto

28 - Pode-se dizer que na rescisão do contrato de trabalho:
I – de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, a rescisão só terá validade quando feita com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho.

II – o valor a que fizer jus o empregado será pago no ato da homologação da rescisão, em dinheiro ou em cheque visado, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro.

III – a assistência do Sindicato respectivo ou do Ministério do Trabalho, quando estes não existirem na localidade, poderá ser prestada pelo representante do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.

IV – o pagamento das parcelas constantes do instrumento da rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato ou, quando da ausência de aviso prévio, indenização deste ou dispensa de seu cumprimento, até o décimo dia contado da data da notificação da rescisão.

- A) somente as assertivas I e III estão corretas
- B) somente as assertivas II e IV estão corretas
- C) somente as assertivas I, III e IV estão corretas
- D) todas as alternativas estão erradas
- E) todas as alternativas estão corretas

PARTE II - PORTUGUÊS

As questões 29 e 30 referem-se ao texto seguinte:

Algum tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método: a primeira é que eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço; a segunda é que o escrito ficaria assim mais galante e mais novo. Moisés, que também contou a sua morte, não a pôs no introito, mas no cabo: diferença radical entre este livro e o Pentateuco.

(Machado de Assis, in Memórias Póstumas de Brás Cubas)

29 - Das afirmações seguintes:

I. Considerando as ideias do autor-personagem é possível concluir que se trata de um texto autobiográfico.

II. De acordo com o autor-personagem é menos comum não começar o livro por sua morte.

III. É possível afirmar que a analogia existente entre o autor e Moisés é que ambos falam sobre suas mortes.

- A) Estão corretas apenas I e III.
- B) Estão corretas apenas II e III.
- C) Estão corretas apenas I e II.
- D) Todas estão corretas.
- E) Apenas o item I está correto.

30 - Das afirmações seguintes:

I. A distinção fundamental entre o autor e Moisés encontra-se no fato do autor começar pelo nascimento e Moisés, pela morte.

II. Através do texto é possível deduzir que o Pentateuco serviu de modelo ao autor do texto.

III. Ao considerar-se um defunto autor, o autor destaca seu conformismo diante da morte.

- A) Apenas I está correta.
- B) Apenas II está correta.
- C) Todas estão incorretas.
- D) Apenas III está correta.
- E) Estão corretas I e II.

As questões 31 e 32 referem-se ao poema seguinte:

Saudades

Tenho saudades de muitas coisas
do meu tempo de menininha:
sentar no colo do meu pai,
ninar boneca sem receios,
chorar de medo da morte da mãe,
sonhar com festa e bolo de aniversário,
cantar com os anjos na igreja,
ouvir as mágicas histórias de vovó,
brincar de pique, de corda e peteca,
acreditar em cegonhas, fadas e bruxas
e sobretudo no Papai Noel.

Será que quando for velhinha,
e já estiver caducando,
vou viver tudo de novo?

(Cantigas de adolecer. São Paulo, 1992. p. 9.)

31 - Considerando o poema “Saudades”, todas as afirmações seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) O poema apresenta duas estrofes sendo que a 1ª estrofe é organizada em torno da oração constituída pelos dois primeiros versos.
- B) Os versos de 03 a 11 especificam as “coisas” de que o eu lírico tem saudades.
- C) A palavra “infância” pode resumir tudo aquilo de que o eu lírico tem saudades.
- D) Os versos 05, 06 e 07 classificam-se como orações subordinadas substantivas apositivas reduzidas de infinitivo.
- E) A função sintática desempenhada pelo termo “de muitas coisas do meu tempo de menininha” (1º e 2º versos) é objeto direto.

32 - Das afirmações seguintes:

I. As ações “Sentar no colo do meu pai” e “ninar boneca sem receios” são o alvo das saudades do eu lírico e desempenham o papel de orações subordinadas substantivas completivas nominais.

II. No poema lido, as orações subordinadas substantivas apositivas são dispensáveis para a compreensão das pequenas “coisas” que compõem a infância.

III. As coisas de que são feitas nossa infância são alegres e tristes; parecem coisas pequenas, sem importância e, no entanto, delas sentimos saudades quando nos afastamos desse tempo.

- A) Apenas os itens I e III estão corretos.
- B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- D) Todos estão corretos.
- E) Apenas o item II está correto.

A questão 33 refere-se a tira seguinte:



(Fernando Gonsales, Folha de S. Paulo, 20/02/2004)

33 - Das afirmações seguintes:

I. A tira emprega dois pronomes relativos, sendo um no 1º quadrinho e o outro no 2º quadrinho.

II. A função sintática do vocábulo “QUE” no segundo quadrinho é de sujeito.

III. O humor da tira está na comparação banal que o sábio estabelece entre a Terra e um frango e entre a padaria e o sistema solar e no fato de o ratinho considerar essa comparação como prova de sabedoria.

- A) Todas estão incorretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Todas estão corretas.
- E) Apenas II e III estão corretas.

34 - Na frase “Cada animal tem direito ____ consideração, ____ cura e ____ proteção do homem” a alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

- A) à – à – à
- B) à – à – a
- C) à – a – à
- D) a – à – à
- E) a – a – a

35 - A regência nominal está correta em todos os itens, exceto em:

- A) Meu amigo é entendido em informática.
- B) O presidente mostrou-se desfavorável com nosso projeto.
- C) Nossa classe é responsável pela horta comunitária.
- D) Estávamos pasmados de ouvi-lo falar assim.
- E) O professor era indulgente com nossos erros.

36 - Assinale a alternativa que apresenta erro de concordância verbal:

- A) Precisam-se de vendedores com experiência comprovada.
- B) Faz cinco minutos que ela saiu.
- C) O futuro são esperanças.
- D) Desta vez será a minha equipe que guardará a rede de vôlei.
- E) Vossa senhoria aceita um café?

37 - Todas as alternativas seguintes apresentam apenas vocábulos grafados de acordo com a norma-padrão, exceto:

- A) malcriado / auferir / autuar / mal-caráter
- B) caudaloso / autêntico / almoço / moleque
- C) aurífero / alcalino / austero / álcool
- D) maltrapilho / sauna / mau-olhado / malvadeza
- E) bueiro / sotaque / embolia / curtume

38 - Na frase “Tinha um mundo de planos na cabeça” identificamos a presença da seguinte figura de linguagem:

- A) perífrase
- B) pleonasma
- C) onomatopeia
- D) hipérbole
- E) eufemismo

39 - Assinale o item em que todos os vocábulos fazem parte de uma mesma regra de acentuação:

- A) juízo – herói – destrói
- B) Tietê – xará – júri
- C) Jôquei – bênção – véu
- D) bíceps – bônus – chapéus
- E) balaústre – caféina – baú

40 - Os vocábulos BOQUIABERTO, COR-DE-ROSA e EMPALIDECER classificam-se, respectivamente, quanto ao processo de formação das palavras em:

- A) composição por justaposição, composição por aglutinação, derivação parassintética.
- B) composição por aglutinação, composição por justaposição, derivação prefixal e sufixal.
- C) composição por aglutinação, composição por justaposição, derivação parassintética.
- D) derivação sufixal, composição por justaposição e derivação prefixal e sufixal.
- E) nenhuma das respostas anteriores